

PORTE PAGO
DR - RIO
ISR - 52 - 431/81



AÇÃO COMUM

Rio de Janeiro, fevereiro de 1984 ano VI nº 51

Distribuição Gratuita

Conselho louva importância do pré-escolar na ação do Mobral

Agripino Maia afirma que "o pior já está passando"

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, acompanhado de sua Secretária para Assuntos de Governo, Maria de Lourdes Guerra, visitou o Mobral Central, em 18 de janeiro, sendo recebido pelo Presidente Claudio Moreira.

O Governador, após dizer que, "desses cinco anos de seca sucessivos, o pior já está passando, e 1984 tem outra perspectiva, muito melhor do que 1983", solicitou ao Presidente a participação da Coordenação do Mobral daquele estado a fim de somar esforços junto à nova Secretaria para Assuntos de Governo.

Para o funcionamento da Secretaria, serão formadas comunidades or-

ganizadas, conselhos comunitários constituídos pela classe política dos municípios, agricultores, parteiras curiosas, comerciantes e outros líderes dos meios urbano e rural, que terão a função de informar ao governo potiguar as deficiências e carências locais.

Na opinião do Governador José Agripino Maia, o Mobral, devido à sua atuação no Rio Grande do Norte e à credibilidade que merece das comunidades, tem um grande papel a desempenhar na identificação de problemas, num trabalho de ação conjunta com o governo do estado, para promover a educação, a saúde e a higiene de um povo que antes era posto à margem de qualquer ação governamental.

O Conselho Administrativo — Conad — da Fundação Mobral esteve reunido no auditório da Instituição, dia 27 de janeiro, quando foram examinados os resultados de 1983, os orçamentos de 1983 e 1984, assim como o plano estratégico do Mobral para o corrente ano. Além disso, foram debatidos dados significativos, como a captação de recursos, a racionalização e a economicidade da Fundação.

Na ocasião, estiveram presentes os dois novos conselheiros do Conad: o Prof. Samuel Pfromm, Presidente da Funtevê, e o Dr. João Felício Scárdua, Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE. Os novos conselheiros, após a reunião, prestaram depoimentos para o Imagens Mobral, do Departamento de Comunicação.

Durante a reunião, a Secretária de Ensino do 1º e 2º Graus do MEC, Profa. Ana Bernardes, afirmou que "as famílias cujos filhos estão sendo beneficiados pelo programa pré-escolar do Mobral estão reencontrando a esperança". Para ela, este programa pode ter mais reflexos do que a obrigação de se atuar junto aos adultos.

Destacou ainda que "a educação de crianças é uma forma indireta de atingir os adultos, principalmente quando se trabalha com comunidades carentes, onde é difícil passar a idéia desta coisa artificial de cidade grande, com educação de crianças, educação de adolescentes e educação de adultos, separadamente. O Mobral trabalha com as famílias".

A Profa. Ana Bernardes afirmou também que o melhor caminho é mostrar às famílias como devem educar os seus filhos, de forma a ajudá-los no seu relacionamento social, no desenvolvimento do seu raciocínio e na sua comunicação, principalmente de uma forma livre, "já que a educação pré-escolar deve ter essencialmente padrões próprios, sem a rigidez burocrática que lhe é dada pelos que fazem a educação".

O Presidente da Funtevê e novo integrante do Conselho Administrativo, Prof. Samuel Pfromm, acentuou que, "com a criança, se modifica o comportamento do adulto de amanhã e de hoje" e defendeu o que classificou como atitude estoica, enfrentamento das dificuldades em se obter recursos: ao invés de se pensar na possibilidade de cortar parte do programa de pré-escolar, vale ampliá-lo significativamente, passando da casa de um milhão de beneficiados no próximo período.

Já o Presidente do Mobral, Claudio Moreira, esclareceu que a previsão de atender 560 mil crianças no ano passado foi amplamente superada, tendo o Mobral acolhido cerca de 608 mil crianças em seu pré-escolar com os mesmos recursos. Estes números serão ainda maiores em 1984, com o apoio das comunidades. O Presidente garantiu que todo esforço será feito para conservar o que foi realizado até aqui, pois a retração causaria prejuízo até mesmo à educação de adultos.

Resoluções

O Conselho Administrativo do Mobral ratificou, durante a reunião, a quarta reprogramação orçamentária de 1983, apresentada ao plenário. Além disso, ficou decidido que o Conselho apreciará, em Brasília, a prestação de contas do exercício de 1983 da Fundação, que será examinada previamente pelos conselheiros.

Durante a reunião, o Presidente Claudio Moreira comunicou ainda que o Banco do Brasil deve contribuir com Cr\$ 7 bilhões para o Mobral, superando o que era esperado, isto é, Cr\$ 3,9 bilhões.

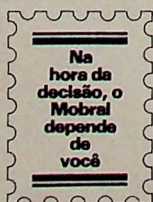
Dessa forma, a previsão de receita para 1984, anteriormente fixada em Cr\$ 52,8 bilhões, incluindo o repasse do Banco do Brasil, eleva-se para Cr\$ 58,8 bilhões, sendo Cr\$ 51,8 bilhões provenientes da indicação de 2% do Imposto de Renda Devido pelo empresário, conforme estimativa da própria Receita Federal.

Investir no Mobral também tem sua vantagem.

A indicação para o Mobral de 2% do Imposto de Renda Devido por sua empresa é uma operação sem ônus que apresenta um lucro evidente:

a contribuição para as propostas educativas da Instituição estará sendo investida no homem. Ele poderá ser útil a você em futuro próximo, influir no desenvolvimento de toda a comunidade e

participar efetivamente em todos os níveis da municipalidade. Pratique isso. Indique 2% para o Mobral.



Indique em sua Declaração de Renda 2% do Imposto Devido para a Fundação Mobral

Dois milhões beneficiados em todo País

Em 1983, o Mobral, somente com seus cursos de alfabetização de adolescentes e adultos, pré-escolar (para crianças de 4 a 6 anos) e de extensão pedagógica, cultural e profissional, beneficiou diretamente 2 milhões 171 mil e 445 pessoas em 4.020 municípios de todo o Brasil. Este dado e muitos outros sobre aspectos relevantes da atuação da Instituição no campo educativo e social estão sintetizados no Relatório de Atividades do Mobral em 1983, que será editado em março. (p. 8)

Prioridade na questão fundiária

"O Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários — Meaf — ainda não tem a solução para todos os problemas fundiários do Brasil. Mas já os conhece e está perfeitamente consciente de seu vulto e da prioridade que o Presidente Figueiredo estabeleceu para o setor".

Esta é a conclusão da palestra proferida pelo General-de-Brigada José Moretzsohn, ainda como Coronel e Chefe de Gabinete do Meaf, em Manaus. (p. 4)

A palavra do presidente

Só quando se subtraem as causas é que se anulam os efeitos. Definitivamente.

Sabemos, por exemplo, que a febre não é doença, mas apenas o seu sintoma. Por isso mesmo, combatê-la, ainda que necessário, pode ser inútil se não se avança até a etiologia.

É a velha analogia entre o corpo humano e a sociedade quem nos autoriza o paralelo: o analfabetismo está para a problemática social, assim como a febre para a enfermidade. Outras palavras: o analfabetismo não é saúde, mas o mal é maior e pouco adiantam os analgésicos sociais. Pelo menos em termos definitivos.

Temos, e precisamos ter, consciência disso quando reafirmamos que o Mobral continua a ser, em nosso país, o órgão responsável pela alfabetização funcional e, principalmente, pela educação continuada de adolescentes e adultos.

Pensar nesses adolescentes e adultos significa olhar de frente toda uma população que não tem (ou só tem precariamente) acesso aos serviços sociais, inclusive a educação. Significa também encarar essa população de baixa renda que está por aí, espalhada em nosso país, numa situação concreta de vida, com uma história, com seus saberes, fazeres e dizeres próprios. É ter bem presente que essa é uma população de trabalhadores com sua visão de mundo e de si mesma em estreita relação de dependência tanto com sua forma de inserção na sociedade, quanto com seus modos de se organizar e participar socialmente.

Como responder aos direitos dessa população?

Qual o verdadeiro compromisso das instituições educacionais que para ela se voltam?

Que compromisso temos nós, o Mobral, com essa população, considerando-se, por exemplo, que em nosso país o voto é obrigatório e o analfabeto, obrigatoriamente, não vota?

É a partir dessas questões que temos desenvolvido a nossa proposta de trabalho.

Cumpra que as ofertas educativas voltadas para o atendimento dos iletrados, que se acham em condições de desigualdade diante dos que dominam o código escrito numa sociedade letrada, respeitem suas características próprias, mas possam dotá-los do instrumental básico para ampliar suas oportunidades de participação na sociedade.

A Educação Supletiva, com que, prioritariamente, o Mobral atua na educação de adultos, objetiva dar essa oportunidade educacional aos adolescentes e adultos, porque considera o domínio da leitura e da escrita um dos instrumentos indispensáveis à sua participação na sociedade.

Claudio Moreira

dade. Embora reconhecendo que esse simples conhecimento não lhes outorga, inevitavelmente, uma parcela maior nos bens e serviços comuns, acredita que lhes viabilize maiores oportunidades.

Fica bem claro, portanto, que o valor da escrita e da leitura não pode ser reduzido a, apenas, um adestramento, sem que isso se faça como um meio de refletir e questionar a realidade social e até de agir sobre ela. Por outro lado, pretender-se que o princípio de realidade fale alto e, sadiamente, oriente seus passos e seus interesses, sem lhe dar a possibilidade de se assenhorar do código escrito — afinal, uma contingência dessa mesma realidade social —, seria escamotear um dos lados do problema, sonhando esse direito à população.

Direito, sim. Direito que já lhe foi sonhado na idade própria.

Direito manifestado pelas expectativas da população quanto a aprender a ler e escrever. Direito que a nós nos dá razão de ser e arraiga o nosso compromisso oficial.

Precisamos recuperar o sentido social da alfabetização. É importante que essa base social se faça o motivo mais forte daquela aprendizagem. É indispensável que só se aborde o sintoma porque se quer atingir a doença, dirimir o mal.

A atuação do Mobral, enquanto órgão de educação de adultos, visa, na área supletiva, a garantia de ofertas de serviços básicos de educação. Mas a experiência, mais que qualquer conjectura, tem demonstrado que essa oferta abre perspectivas, dilata horizontes e faz surgir novas propostas educativas ligadas a outros serviços básicos a que ainda não têm acesso, mas de cujo direito tomam consciência.

Este é o caso, por exemplo, das ações de saúde, higiene e alimentação em que o Mobral também se tem empenhado, em resposta às necessidades e demandas.

E o processo se faz em saudável espiral: alfabetizados, despertam para outras necessidades e fazem valer outros direitos; atendidos nesses direitos, despertam para essas necessidades, sentem-se motivados para uma "alfabetização" cada vez mais ampla e eficaz.

É sob esse enfoque que o Mobral busca seu melhor desempenho junto à população de baixa renda, com quem trabalha. Ao trazer o homem para o seu lugar de participante do processo educativo, partindo da alfabetização ou chegando a ela, permite a esses indivíduos injustamente marginalizados em seu próprio espaço cultural uma atuação maior, e decisiva, na sociedade.

Serviço

USP - 50 anos

A Universidade de São Paulo completou 50 anos de atividades dia 26 de janeiro. A comemoração do cinquentenário estiveram presentes a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, o Governador de São Paulo, Franco Montoro, o Reitor Hélio Guerra Vieira, entre outras autoridades educacionais e políticas. Na ocasião, a Ministra pronunciou discurso enaltecendo a data comemorativa.

O repertório das bandas

Cerca de 300 bandas de música de todo o País participaram do I Inventário Nacional de Música para Banda, realizado pelo Instituto Nacional de Música com a participação do Mobral. Mais de 3 mil composições, gravadas em fitas cassete, estão sendo agora avaliadas por uma Comissão integrada por especialistas das várias regiões do País — entre os quais, Altamiro Carrilho e Guerra Peixe, do Rio de Janeiro, Oswaldo Lacerda, de São Paulo, Bruno Kiefer, do Rio Grande do Sul, Lindemberg Cardoso, da Bahia, Claudio Santoro, de Brasília e Clovis Pereira, de Pernambuco. A Comissão indicará as 50 músicas mais representativas das diversas regiões, para serem editadas na coleção O Repertório de Ouro das Bandas de Música do Brasil, para divulgação no País e no exterior. Além da realização do Inventário, o Projeto Bandas cumpriu a sua programação habitual de doação de instrumentos às bandas cadastradas de todo o País.

Seminário

O Mobral estará representado pela Chefe do Gabinete da Presidência no Rio de Janeiro, Ana Maria Coutinho, no Seminário sobre Avaliação de Resultados de Aprendizagem e Impactos de Alfabetização, Pós-Alfabetização e Programas de Educação Permanente em Países em Desenvolvimento, em Hamburgo, Alemanha, no período de 19 a 23 de março. O Mobral foi convidado para participar do evento pelo Unesco Institute for Education, sediada naquela cidade alemã.

Curso

Margarida de Sousa Queiroz, técnica da Divisão de Desenvolvimento de Projetos, representará o Mobral no Curso Regional sobre Planificação da Alfabetização e Educação de Adultos, promovido pelo Centro Regional de Educação de Adultos y Alfabetización Funcional para a América Latina, em San Cristóbal, República Dominicana. O referido curso

visa permitir uma contribuição aos diversos países da região, nas áreas de planejamento, programação e seguimento correspondente à primeira etapa de execução do Projeto Principal da Unesco para a América Latina e Caribe, no que se refere aos programas de alfabetização e educação de adultos. O curso será realizado no período de 12 de março a 6 de abril.

Urbanismo/RJ

A Universidade Federal Fluminense e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal assinaram convênio com o objetivo de executar conjuntamente um programa de estudos, pesquisas e assistência na área de desenvolvimento urbano. O programa visa atender especialmente prefeituras de cidades de pequeno e médio porte, além de associações de moradores e congêneres.

Prêmio

A partir de 1984, a Fundação Joaquim Nabuco conferirá anualmente o Prêmio Casa Grande e Senzala ao autor, ou autores, do melhor livro de interpretação da cultura brasileira, editado em qualquer país, mas escrito ou traduzido para a língua portuguesa. O valor do prêmio, este ano, será de Cr\$ 1 milhão. Informações na Fundação Joaquim Nabuco, Av. 17 de Agosto, 2.187, Casa Forte - Tel.: 268-2000 - Recife/PE.

Financiamento/SP/RJ

Até o dia 29 de fevereiro, o Instituto Nacional de Artes Cênicas — Inacen — estará recebendo inscrições para o financiamento parcial de empresas profissionais de teatro, dança e ópera de São Paulo e do Rio de Janeiro, cujos espetáculos deverão estreiar até o mês de abril. Os recursos para financiamento são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O reembolso da quantia financiada, no valor máximo de Cr\$ 6 milhões ou até 80% do total previsto no orçamento da produção, será efetuado mediante participação de 10% no movimento bruto da bilheteria. O edital está à disposição dos interessados na sede do Inacen, no Rio, à Av. Rio Branco, 257, 13º andar, e em São Paulo, no Teatro Eugênio Kusnet, à Rua Teodoro Baima, 94.

Nomeação/DF

Por indicação da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, o Presidente da República nomeou o economista João Felício Scárdua

para a Presidência da Fundação de Assistência ao Estudante, em substituição a Rubens Albuquerque, que pediu exoneração. Scárdua foi Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Educação e Cultura e presidiu a Central de Medicamentos, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Debate/DF

A emenda constitucional do Senador José Calmon, que determinou a obrigatoriedade de aplicação, pela União, de 13% de sua receita tributária em educação e de, no mínimo, 25% da arrecadação de impostos dos estados, Distrito Federal e municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino, foi o tema de uma mesa-redonda promovida em Brasília pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com a participação de dirigentes do MEC, de órgãos estaduais e municipais de educação e de professores universitários.

Protocolo/MG

A Universidade Federal de Juiz de Fora assinou protocolo de intenções com o Governo de Minas Gerais, através da Secretaria Estadual de Saúde. O objetivo é executar ações de integração entre a universidade e a comunidade, prestando apoio ao Centro Regional de Saúde de Juiz de Fora.

Acordo/DF

A Secretaria da Cultura do MEC assinou acordo com o Governo de Portugal, visando a elaboração de um projeto comum de microfilmagem de documentos existentes em seus respectivos arquivos, para a memória dos dois países. O programa terá início ainda no primeiro trimestre deste ano, com a microfilmagem de documentos brasileiros em terras portuguesas. No Brasil, serão microfilmadas peças fundamentais para a história de Portugal, existentes na Biblioteca Nacional e em outras instituições culturais.

Cooperação/DF

A Secretaria de Assuntos Internacionais — Seai — está recebendo propostas para a obtenção de cooperação técnica da Unesco de interesse dos órgãos do MEC, envolvendo áreas de consultoria, bolsas de estudo, participação em reuniões e seminários. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Seai, através dos ramais 423 e 279, do MEC, em Brasília.

Coluna do leitor

Agradecimento

"Agradeço a vocês do Mobral a oportunidade de nos ajudar a ler e a escrever. Gostaria de receber cartas e me corresponder com outras pessoas que tiveram a mesma sorte do que eu: a chance de ser alfabetizado pelo Mobral". Carlos Fernandes da Silva — Porto Alegre/RS.

Ação Comum

"Recebi o jornal Ação Comum e tive a melhor impressão da nova composição gráfica, conteúdo de matérias e, principalmente, as lúcidas explicações

do Presidente da Entidade quanto às dificuldades que a educação encontra nesses dias de crise geral. Gostaria de um dia poder servir ao Mobral como alfabetizadora ou monitora de um curso do pré-escolar". Maria de Lourdes Corrêa — Niterói/RJ.

Reportagens

"Excelentes as reportagens sobre os projetos nas comunidades escolhidas como exemplo de Ação Comunitária. Serve para que nós, leitores do jornal Ação Comum, possamos tomar co-

nhhecimento do que se passa em longínquas paragens desse imenso Brasil e de como o Mobral está agindo para minimizar o sofrimento dos menos favorecidos". Irimá Lócio da Cruz — Caruaru/PE

Jornais

"(...) A seção Jornais Recebidos dá margem a que possamos nos corresponder com as Comissões Municipais do Mobral e de alguma forma prestar colaboração para a Fundação Mobral". Júlio César Guerra — Niterói/RJ.

Jornais recebidos

O Jorbral - n.º 45 - Recreio/MG. O Engenho - n.º 4 - Terra Nova/BA. O Progresso - n.ºs. 46, 47, 48 e 49 - Alvinópolis/MG. Gazeta de Carangola - n.ºs 2.884 e 2.885 - Carangola/MG. Correio da Fronteira - n.º 467 - Barra do Garças/MT. O Parceiro - n.ºs 231 e 232 - Ariquezes/RO. O Imparcial - s/n.º - Natal/83 - São Luís/MA. Movimento Ecológico - n.º 13 - Rio de Janeiro/RJ. Tribuna do Mobral - n.º 13 - Imbuia/SC. Folha Ferroviária - n.º 373 - Campinas/SP. Entre Nós - Ed. especial de Natal - Três Pontas/MG. O Escudo - n.º 123 - Rio de Janeiro/RJ. A Semana - n.º 50 - Divinópolis/MG. Jornal da Universidade - n.º 13 - Campo Grande/MS. Perspectiva Universitária - n.º 179 - Rio de Janeiro/RJ. Amapá Informativo - n.ºs 7 e 8 - Macapá/AP. O Elo - n.º 6 - Santana/BA. O Corujinha - s/n.º -

Suzano/SP. Usicana - n.º 40 - Assis/SP. Jornal da Cidade - n.ºs 291 e 292 - Miranda/MS. Correio da Fronteira - n.º 465 - Barra do Garças/MT. Mensageiro Cultural - n.ºs. 10 e 11 - Itacema/CE. O Sorriso - n.ºs 26 e 27 - Pacatuba/CE. Jornal Contagem - n.º 67 - Belo Horizonte/MG. Município de Pitangui - n.º 1 - Pitangui/MG. Copercana - n.º 7 - Barra do Garças/MT. A Voz do Povo - n.ºs 1.984 e 1.985 - Cornélio Procopio/PR. Bede - n.º 232 - Bauru/SP. Folha de Itaboraí - n.ºs 1.304, 1.305, 1.306, 1.307, 1.308 e 1.309 - Itaboraí/RJ. Sesiminas - n.º 36 - Belo Horizonte/MG. Jornal Israelita - n.º 1.844 - Rio de Janeiro/RJ. Imprensa Oficial do Município - n.º 474 - Leme/SP. Tribuna do Noroeste - n.º 78 - João Pinheiro/MG. O Comércio Gonçalvesense - n.º 13 - São Gonçalo/RJ. Botija Parda - n.º 692 - Araguari/MG. O

Produtor Rural - n.º 7 - Rio de Janeiro/RJ. O Progresso - n.º 3.756 - Dourados/MS. O Eletrônico - n.º 5 - Rio de Janeiro/RJ. Morada do Sol - n.º 1 - Patos-PB. O Comunicador - n.º 4 - Ingá-PB. O Pioneiro - n.ºs 3 e 4 - Sapé - PB. O Aarão - s/n.º - jul. 83 - Mari - PB. Navarrese - n.º 2 - Antenor Navarro - PB. Cacique - n.º 64 - Londrina - PR. Movimento Ecológico - n.º 12 - Rio de Janeiro - RJ. Itamobral - n.º 12 - Itapagé - CE. O Sorriso - n.º 24 - Pacatuba - CE. Mensageiro Cultural - n.º 9 - Itacema - CE. O Candeeiro - n.º 25 - Teresina - PI. Alto Madeira - s/n.º - out. 83 - Porto Velho - RO. O Popular - n.º 6 - Ariquezes - RO. Espelho - n.º 7 - Ji-Paraná - RO. Horizonte Cultural - n.º 15 - Ouro Preto do Oeste - RO. Perspectiva - s/n.º - Vilhena - RO. O Voluntário - n.º 13 - Porto Alegre - RS.

ACÇÃO COMUM

Editado pelo Departamento de Comunicação, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - Rua da Alfândega, 214 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20070.

Presidente: Claudio Moreira
Jornalista Responsável: Everardo Wilson de Lima Pinho - registro profissional n.º 11.494 (RJ)
Produção Editorial: Departamento de Comunicação da Fundação Mobral.

O jornal Ação Comum está sendo impresso pela Editora Abril S.A. e distribuído pela firma Distribuidora Fernando Chingaglia S.A. No caso de qualquer irregularidade no recebimento, solicitamos comunicar à redação, Rua da Alfândega, 214 - Centro - CEP 20070 - RJ.

"Leões" colaboram com Mobral junto a comunidades carentes

O que vai pelas Coordenações

PA — A I Feira Cultural do Município de Santa Isabel do Pará foi realizada sob a coordenação da Prefeitura Municipal local, Emater-Pará, Secretaria Estadual de Educação e Cultura e Mobral. A Feira contou com *shows* de artistas locais e da capital do estado, danças folclóricas, exposição e venda de produtos regionais e apresentação da Mobralteca. Por outro lado, o Prof. Edilson dos Santos, Coordenador do Mobral no Pará, esteve em Colares, a fim de presidir o Festival de Cultura Popular. O Coordenador do Mobral acaba de receber dois diplomas: o primeiro, de Honra ao Mérito, concedido pelo Prefeito Municipal de Santa Isabel do Pará, a propósito das comemorações do Cinquentário de Instalação do Município, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por ele no setor Educacional; o segundo, conferido pela Associação dos Servidores Civis do Brasil, é uma homenagem especial a Edilson dos Santos pelo significativo trabalho realizado em prol da comunidade paraense no ano de 1983.

MT — Ao fazer um balanço das atividades desenvolvidas pelo Mobral, durante 1983, a Coordenadora de Mato Grosso, Marina Capile, afirmou que as ações realizadas pela Fundação visaram principalmente aos projetos de Alfabetização Funcional e de Educação para o Trabalho. Cerca de 4.826 adolescentes e adultos, distribuídos em 53 municípios, frequentaram o curso de alfabetização em 1983. Os cursos de iniciação profissional alcançaram 1.899 participantes em 33 municípios, e o Programa de Educação Pré-Escolar beneficiou 5.110 crianças na faixa etária de 4 a 6 anos de idade, distribuídas em 29 municípios. Já no Município de Cáceres, o Supervisor de Área do Mobral, Padre Geraldo dos Santos, deu uma entrevista ao jornal local, classificando seu trabalho de humilde, mas enfatizando as atividades dos programas de Alfabetização Funcional e de Educação para a Saúde, assim como o Pré-Escolar. Foram alfabetizados 425 alunos, e o Pré-Escolar atendeu a 163 alunos na zona urbana de Cáceres.

PE — Foi assinado um convênio de 31 milhões de cruzeiros entre a Coordenação do Mobral de Pernambuco e a Central de Medicamentos, com a intervenção das Secretarias Estaduais de Saúde, bem como do Trabalho e Ação Social, além do Inamps e 24 prefeituras municipais. Segundo o convênio, o Mobral prestará assistência à comunidade no que diz respeito à utilização de medicamentos, automedicação, produção, controle, qualidade e forma de aquisição de remédio, noções elementares de saúde, higiene e alimentação. Para tanto, está sendo elaborado, em nível nacional, um manual a ser distribuído a todas as Coordenações do Mobral, segundo a Profa. Zulmira de Carvalho, dirigente do Órgão no estado. O programa será inserido nos cursos de alfabetização para adultos, pré-escolar, educação integrada e profissionalização. Posteriormente, será estendido a toda a comunidade. Será, igualmente, implantado em 24 municípios da Zona da Mata, contando com o apoio das prefeituras e secretarias locais, assim como centros sociais urbanos. Médicos e enfermeiros serão orientados sobre a importância do programa que, possivelmente,

será acrescido de informações sobre reidratação oral e divulgação das pesquisas sobre plantas medicinais.

DF — Foram assinados convênios entre as Prefeituras de Pires do Rio e de Luziânia, Goiás, e a Coordenação do Mobral do Distrito Federal. Esses convênios visam à implantação do Programa do Pré-Escolar nos dois municípios. Por outro lado, foi assinado o Segundo Termo de Aditamento ao Convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal (Governador José Ornellas de Souza Filho, Secretário do Governo, César Rômulo Silveira Neto, e Secretária da Educação e Cultura, Profa. Eurides Brito da Silva) e o Mobral (na pessoa de seu Presidente, Claudio Moreira, e o Coordenador do Mobral do Distrito Federal, Marco Antônio de Moraes). Este Segundo Termo de Aditamento, com o objetivo de prorrogar o prazo do Convênio celebrado em 22 de novembro de 1977, visa à execução dos programas do Mobral.

AL — Há três anos são realizadas as Festividades de Marechal Deodoro, na cidade de mesmo nome. Essas festividades têm por objetivo dar seguimento a uma proposta educativa, tratando de problemas comuns a todos e valorizando o homem e seus bens culturais, tais como: patrimônio histórico, artesanato, medicina caseira e música. Com o encerramento do evento, foi apresentada uma avaliação, a fim de serem apontados aspectos que poderão ser melhorados em 1984.

MG/N — A equipe do Mobral de Paracatu lançou uma grande campanha em todo o município, a fim de obter fundos para realizar festas para 1.300 crianças carentes que frequentam o Pré-Escolar nos bairros periféricos. Assim, a equipe, além de criar um pedágio, promoveu um bazar, livro de ouro e escolha da Rainha do Pré-Escolar. Foram doados brinquedos, roupas, calçados, doces, etc.

MA — A Coordenação do Mobral no Maranhão recebeu a visita de um técnico da Divisão de Suporte Técnico, do Mobral Central, que viajou para aquele estado a fim de elaborar dois projetos junto a técnicos da Secretaria de Educação: Projeto de Educação Supletiva (Alfabetização, Educação Integrada e Autodidatismo) para adolescentes e adultos e Projeto de Atendimento Adicional à população de 9 a 14 anos, não-escolarizada.

AM — Foi assinado um convênio entre a Coordenação do Mobral do Amazonas e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a execução do Programa de Alfabetização Funcional no atendimento a cinco classes de garis, responsáveis pela limpeza pública. Os filhos desses garis estão sendo atendidos pelo Programa Pré-Escolar no Centro Social Urbano do Parque 10 de Novembro, em sistema creche, recebendo assistência médica, odontológica e alimentar. Por outro lado, foi realizada a solenidade de instalação do Conselho Estadual do Mobral, presidido pelo Vice-Governador do Estado, Prof. Manuel Henriques Ribeiro. Os integrantes do Conselho representam os setores a que pertencem, permitindo a integração da comunidade estadual nos programas e ações do Mobral.

Ainda no Amazonas: esteve no Município de Itapiranga, para a solenidade de entrega de certificados a 60 participantes dos cursos do Programa de Educação Comunitária para o Trabalho — Petra —, a Coordenadora Adjunta do Mobral, Maria das Dores Barbosa. A entrega dos certificados deu-se na igreja de São Tomé, após o culto celebrado pelo pároco local. Antecedendo a cerimônia, foi oferecido um jantar organizado pelos participantes do curso de arte culinária do Petra, Clube de Mães e vários líderes da comunidade. No arraial de São Tomé, foram promovidos leilões em benefício da paróquia. O repentista José Zimar de Souza, que já tem um livro publicado pela Fundação, na coleção *Poetas do Mobral*, apresentou-se ao público, falando sobre o seu repente, improvisando e cantando seu poema Desvio do Sentido. Ainda nesse dia, foi realizada a I Feira de Artesanato, com material confeccionado pelos alunos do Petra, trabalhos em tela, cerâmica, palha e flores feitas de pano, papel e outros. A Coordenadora Adjunta entregou certificados a quatro turmas do Petra, tendo sido feita a abertura da solenidade pelo Presidente da Comissão Municipal, José Antônio de Andrade, parainfo das turmas, que afirmou em seu discurso ser o Mobral um órgão que transformou a vida da comunidade.

PB — Ficou para a primeira quinzena de março a realização de uma sessão especial na Assembleia Legislativa para homenagear a Coordenação do Mobral da Paraíba, devido à campanha Descubra a Paraíba, levada a efeito recentemente pelo Mobral naquele estado. Na ocasião, o Coordenador, Prof. Renault Vieira de Souza, fará uma palestra e assinará convênio com prefeitos de todos os municípios do Estado da Paraíba.

ES — A Coordenação do Mobral do Espírito Santo, representada por sua Coordenadora, Lutina Barcellos Meirelles Amaro, participou de três importantes eventos: I Congresso Capixaba de Educação, I Seminário Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura e II Convenção Estadual dos Contabilistas do Estado, sendo este último realizado no auditório do Senac, em Vitória. Nessa ocasião, a Coordenadora, convidada como membro honorário da Convenção, pronunciou uma palestra que dirigia mensagem aos contabilistas, motivando-os a indicar, em favor do Mobral, 2% do Imposto de Renda Devido pelas empresas. Foram entregues certificados àqueles que colaboraram com a Fundação em 1983 e organizado um *stand*, tendo por finalidade a divulgação da Operação Receita-84, bem como o cadastramento dos contabilistas do estado.

RJ/S — Realizou-se na sede da Comissão Municipal de Nova Iguaçu mais um treinamento intensivo para alfabetizadores, que teve carga horária de 40 horas. Os alfabetizadores estão capacitados para dar aula em classe de Alfabetização Funcional, no período de 12 de março a 12 de dezembro do corrente ano. O treinamento foi realizado pela Assistente Técnica Milred Barcellos Costa, da Coord. RJ/Sul, contando com a colaboração da Assistente Regional Ivete do Souto Maria e da Supervisora de Área Nely Lucena de Oliveira.

Os presidentes do Conselho Nacional de Governadores do Lions Clube e do Mobral, João Aloysio Mommensohn e Claudio Moreira, respectivamente, assinaram dia 28 de janeiro, no Novotel do Morumbi, em São Paulo, um termo de colaboração, propondo a união de esforços na área socioeducativa, em benefício de comunidades carentes.

A assinatura do documento veio viabilizar a oportunidade de atendimento ao pré-escolar, alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, nas comunidades assistidas pelo Lions Clube em todo o País, através dos diversos projetos e programas do Mobral, que envolvem ainda treinamento profissionalizante, desenvolvimento cultural e a difusão de noções de higiene, saúde e alimentação.

Imposto de Renda

Segundo o termo de colaboração, os "leões" foram instruídos sobre a importância de indicarem 2% do Imposto de Renda

Devido, para o Mobral dar continuidade ao seu trabalho, realizando os seus diversos programas em mais de 4 mil municípios brasileiros, conforme explicou na ocasião o Presidente da Fundação, Claudio Moreira, que salientou ser esta a fonte de aproximadamente 95% da receita da Entidade. "Nessa luta, o Mobral precisa e conta com o empresariado — afirmou Claudio Moreira — e com as organizações assim preocupadas com o contexto social, como os Lions Clube do Brasil, pois esta é uma luta de todos. Caso contrário, não será vitoriosa. Precisamos do empresariado e dos Clubes de Serviço não apenas nos aspectos financeiros, mas, principalmente, no seu engajamento, sua adesão. Como não há recursos, temos que suprir essa deficiência com empenho e espírito de iniciativa, buscando mecanismos, formas de concretizar uniões, para juntos encontrarmos a melhor maneira de servir à população carente, elevá-la, qualificá-la e torná-la mais produtiva e mais feliz.

Educação participativa é a alternativa nordestina

O primeiro resultado prático a partir do Seminário Discutindo o Nordeste está em desenvolvimento nos nove estados da região: trata-se do Projeto Educação Participativa — Uma Alternativa para o Nordeste. A primeira fase de treinamento foi realizada em Itamaracá, Pernambuco.

O objetivo do projeto é diminuir a distância entre as práticas educativas e a realidade local, envolvendo desde a organização social e familiar até o mercado de trabalho. A partir de uma pesquisa participativa, que agora está começando, os habitantes de cada microrregião irão apontar as suas reais necessidades no campo educacional.

Inovação

A representante da Divisão de Avaliação, Métodos e Pesquisas, do Mobral Central, Regina de Figueiredo Avelar, explicou que, a partir das críticas apresentadas durante o Seminário, foi discutida, no mês de julho, em Salgado, Sergipe, a proposta de pesquisa participativa. O projeto, inovador na área educacional, mereceu, depois, a aprovação da Secretaria Executiva.

Inicialmente, a idéia era a de atingir 45 localidades, na primeira fase, mas foi verificado que não se trata, nesta etapa, de um trabalho de massa, principalmente pelas dificuldades em formar pessoal qualificado neste tipo de pesquisa. Em Itamaracá, ficou acertado que o treinamento de campo será feito paulatinamente e que o trabalho será desenvolvido em 14 localidades.

A pesquisa participativa, neste período inicial, será feita em duplas, para facilitar a apuração dos dados. Alguns estados, como o Ceará, Sergipe e Piauí, que

já vinham fazendo uma autocalificação, são os primeiros a ir a campo, devendo os demais iniciar seus trabalhos a partir do mês de abril.

Do treinamento ministrado pelo Prof. João Bosco Pinto — que possui uma experiência de 15 anos neste tipo de pesquisa —, participaram dois representantes das Coordenações de Alagoas e Paraíba; três do Piauí e do Rio Grande do Norte; quatro da Bahia, Maranhão e Pernambuco; cinco de Sergipe; e seis do Ceará, além de Regina de Figueiredo Avelar, do Mobral Central.

Durante todo o tempo do treinamento, estiveram presentes as Coordenadoras do Ceará, Lúcia Helena Fonseca Grangeiro, e do Rio Grande do Norte, Maria Lúcia Marques, bem como as Coordenadoras Adjuntas de Pernambuco, Rosalinda Telma Rodrigues Dando, e Sergipe, Maria Virgínia de Avila Nascimento. Também compareceram os Coordenadores da Paraíba, Renault Vieira de Souza, e de Pernambuco, Zulmira Maria de Carvalho.

Metodologia

Em termos práticos, a metodologia da pesquisa participativa pode ser dividida em três momentos:

- a) ouvir a população das localidades escolhidas para saber qual a leitura que ela faz da sua realidade, quais são os seus problemas e como são vistos;
- b) confrontar o conhecimento da população com o conhecimento técnico-científico, para que a discussão seja produzida participativamente um novo conhecimento;
- c) produzir, de forma participativa, planos de ação para serem desenvolvidos junto à população.

Indique em sua Declaração de Renda 2% do imposto devido para a Fundação Mobral

A indicação de 2% do Imposto de Renda Devido por sua empresa apóia o Mobral e o brasileiro.

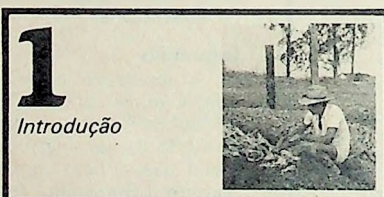
Solução da questão fundiária acelera o processo produtivo



Segundo o General-de-Brigada José Moretzsohn, as ações desenvolvidas, principalmente com a realocação de agricultores em latifúndios antes improdutivos e minifúndios antieconômicos, desapropriados a título de interesse social, confirmam a intenção de tornar a agricultura prioritária e acelerar a integração dessas áreas no processo produtivo brasileiro. A afirmativa consta da palestra O Problema Fundiário Brasileiro, por ele proferida em Manaus, na patente de Coronel, a convite da Adesg, quando ocupava o cargo de Chefe de Gabinete do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.



A atual situação fundiária brasileira é analisada a partir do processo de ocupação do território e da legislação.



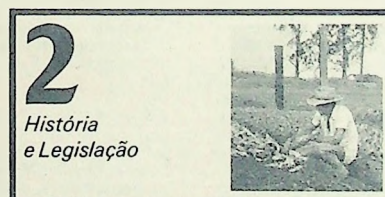
A fim de que se possa ter um adequado entendimento da atual situação fundiária brasileira, é necessário identificar, de forma ampla, os traços deixados pelo processo de ocupação do território e os princípios consagrados pela legislação, através do tempo.

Para uma razoável compreensão da dinâmica de nossa realidade fundiária, impõe-se uma análise de sua evolução, que abrange um vasto e complexo conjunto de fatores.

E é da interpretação dessa realidade, colocando-a no contexto mais amplo da evolução da sociedade e da economia brasileira, que resulta a Política Fundiária do Governo, estabelecendo objetivos, prioridades, instrumentos e ações a realizar, dentro da estratégia que se decidiu adotar.

A atuação dos órgãos responsáveis pela administração fundiária a nível federal, obedecendo às diretrizes emanadas dessa política, apresenta dados expressivos da ação governamental recente, incorporando, ordenadamente, vastas áreas rurais no processo produtivo agropecuário e proporcionando melhoria nos padrões de bem-estar no meio rural.

A própria ação governamental, atendendo prioritariamente a algumas regiões, amplia as aspirações gerais por um ritmo crescente de regularização fundiária, representando desafios a novas formas de atuação e exigindo reflexões para o estabelecimento de novas prioridades.



Para melhor avaliação do problema, não se pode prescindir de uma recapitulação sobre a história da propriedade rural no País.

A nossa estrutura fundiária teve sua origem nas chamadas Sesmarias, cuja concessão já previa que as mesmas só seriam confirmadas pelo aproveitamento da terra, moradia e demarcação. A metrópole portuguesa, entretanto, nunca se interessou em punir o latifundiário inadimplente.

Por outro lado, ainda que o Tratado de Tordesilhas estabelecesse os limites dos domínios portugueses, a ação de desbravadores estendeu a ocupação efetiva a uma área três vezes superior ao fixado. Assim, nessas áreas pioneiras, a ocupação tendeu a preceder a administração, com os domínios do Brasil sendo confirmados pelo Tratado de Madrid (1750), que consagrou o princípio do *uti possidetis*.

A diferença aí notada é a de que o sesmeiro recebia o título para depois trabalhar a terra, enquanto que pela posse, ao contrário, o posseiro primeiro explorou a terra, implantando benfeitorias, para mais tarde vê-la reconhecida em seu nome. Portanto, a ocupação e a posse, caracterizadas pela moradia e aproveitamento da terra, deixariam marcas profundas nos critérios de prioridade sobre a propriedade fundiária.

Embora inadequado, o sistema sesmario vigorou até 1822, quando o Regente D. Pedro, atendendo ao pleito de um pos-

seiro, determinou, expressamente, que se suspendessem todas as concessões de sesmarias futuras.

A partir daí, e até 1850, o País viveu um período — 28 anos — sem qualquer norma reguladora de aquisição de terras, registrado na história como o período do Império da Posse. Com o território nacional à mercê de quem se dispusesse a ocupá-lo, o quadro dominial brasileiro foi, paulatinamente, adquirindo um aspecto verdadeiramente caótico.

A primeira norma jurídica global referente à terra no Brasil independente, numa tentativa de normalizar a situação fundiária, foi a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a qual, a par de definir o que seriam terras devolutas, garantiu a legitimação das posses mansas e pacíficas, reservou ao Império uma Faixa de Fronteira, previu o processo de discriminação de terras, instituiu o Registro Paroquial, autorizou o Governo a vender terras em hasta pública e proibiu a aquisição de terras devolutas, por outro título que não fosse o de compra.

Como curiosidade, é interessante lembrar que a origem da expressão Terra Devoluta advém daquela terra que, tendo sido concedida como sesmarias, retornava (era devolvida) ao patrimônio da Coroa por inadimplemento das condições a que o beneficiário da concessão se obrigara.

Voltando à Lei nº 601/1850, merece destaque a instituição do chamado Registro Paroquial, também conhecido como Registro do Vigário, que, apesar de simples marco assinalador de posse, portanto sem conferir qualquer direito ao respectivo titular, passou, inevitavelmente, a ser encaminhado a registro imobiliário. Isso veio tornar bastante mais difícil e complexo o exame dos processos posteriores de reconhecimento das documentações.

Apesar de simples e teoricamente eficientes, os dispositivos da Lei nº 601 não deram solução ao problema fundiário nacional, por causa da vastidão das áreas de posse a serem medidas e demarcadas, localizadas em regiões de difícil acesso e, principalmente, da absoluta falta de pessoal habilitado para a execução desses serviços.

Com a República e o advento da Constituição de 1891, a União reservou a si, apenas, a porção do território indispensável à defesa das fronteiras (Faixa de Fronteira — 66km na época) e os chamados "terrenos de marinha", transferindo aos estados "as minas e terras devolutas nos seus respectivos territórios".

Assim, a partir daí e até 1964 (portanto durante 73 anos) os estados ficaram livres para elaborar suas próprias leis e administrar suas terras, gerando um sem-número de problemas. Até hoje, a Nação se resente de seus reflexos negativos, tais como: concessões de imensos latifúndios, aquisições indiscriminadas por estrangeiros, titulações por meras referências (sem materialização no solo), superposição de títulos, concessão de título sem a necessária vistoria, prejudicando os posseiros, etc.

Com o advento da Revolução de 1964, o Governo, sentindo a imperiosa necessidade de mudar esse quadro fundiário caótico, implantou medidas decisivas para o reordenamento da política fundiária, iniciando pela edição da Emenda Constitucional nº 10, que deu competência à União para legislar, com exclusividade, sobre o direito agrário.

Em 30 de novembro de 1964, a Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra) veio consolidar, num só instrumento legal, a regulamentação sobre a posse e uso da terra, enfatizando a função social da propriedade e instituindo instrumentos para a melhor ação governamental nesse setor. Previu um processo evolutivo na estrutura fundiária, procurando facilitar o acesso à terra aos trabalhadores rurais, mediante a eliminação paulatina do latifúndio improdutivo e do minifúndio antieconômico, sempre de forma democrática através da tributação progressiva e de justa indenização.



Os esforços governamentais para a Integração Nacional levaram à busca da incorporação dos potenciais de recursos naturais aos processos de desenvolvimento, encontrando o mais amplo eco na sociedade brasileira.

Em resposta a essa iniciativa, e aproveitando-se da construção das grandes vias de penetração, uma considerável corrente migratória dirigiu-se para as novas regiões pioneiras, como o norte-mato-grossense, o sul-paraense, o norte-goiano, Rondônia, Acre e Amazonas, estabelecendo inúmeras pequenas propriedades familiares, elevado número de fazendas de porte médio e algumas de grandes dimensões.

Nessas regiões, grupos empresariais, originários do Centro-Sul do País, adquiriram, sem maiores cuidados, áreas completamente ocupadas por posseiros, algumas de titulação inequivocamente ilegítima, provenientes de grilagens de terras.

Para agravar o problema, os estados cujas áreas integram, total ou parcialmente, a Amazônia Legal tinham alienado até 1970, sem se cercarem das devidas cautelas, terras que não haviam previamente discriminado, ferindo disposições legais. Terras eram vendidas mediante simples requerimento; projetos de loteamentos eram elaborados em pranchetas e os lotes vendidos sem a identificação, no terreno, de sua localização, deixando de considerar os direitos de posseiros já ali residentes há muitos anos; títulos de domínio eram concedidos e registrados em cartório sem amarração em acidentes geográficos claros e fixos, ou pontos geodésicos corretos. Tal fato, aliado às limitações cartográficas da região, fez proliferar os chamados "títulos voadores". Como consequência, inevitáveis conflitos começaram a ocorrer e focos de tensão social a eclodir.

É bom que se registre o fato de que as terras devolutas (salvo, ainda, a Faixa de Fronteiras e os terrenos de marinha) continuaram sob a administração estadual até 1971, quando, então, o Governo, através do Decreto-Lei nº 1.164, de 19 de abril do mesmo ano, chamou a si a responsabilidade de administrar as terras devolutas situadas na faixa de 100km de largura em cada lado do eixo das rodovias federais na Amazônia Legal, por considerá-las indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. O acervo recebido encontrava-se em estado lastimável.

Por outro lado, as marchas de um extrativismo extenuante e de uma agropecuária pouco cuidadosa, de práticas predatórias, ainda guardam as raízes de uma exagerada exploração imediatista.

Do ponto de vista fundiário, é compreensível que as propriedades de maior porte se localizem e se multipliquem nas regiões mais distantes e pioneiras, menos dotadas de infra-estrutura e onde a qualidade de solo seja pouco conhecida. Inicialmente, o predomínio é de atividades extrativas, como a da seringueira, da castanha ou da madeira, onde o próprio conceito de propriedade fundiária não é tão relevante, não apresentando exatidão de dimensão e confrontações. A importância está concentrada na própria árvore, que determina a atividade, e nos "caminhos" que dão acesso a ela. E o homem e a organização para o exercício dessas atividades apresentam características próprias do isolamento, da dispersão, de complexa transição para outro tipo de atividade e cuja presença pioneira marcará os limites das fronteiras internacionais do Brasil.

Em áreas de características diversas, não-dominadas pela floresta, foram as atividades pecuárias extensivas que mais se sobressaíram, também desde os momentos históricos que marcaram a presença brasileira nas fronteiras e ajudaram na sua manutenção, até hoje, como o caso do Pantanal.

A transição para a atividade mais permanente e intensiva é marcada pela construção das grandes vias de penetração, como a Belém-Brasília, a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho, a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus, caracterizando um período de investimentos empresariais em projetos agropecuários de grandes dimen-

sões, principalmente quando os incentivos fiscais tinham expressão.

As dificuldades, a partir da base fundiária, são inúmeras, devido, entre outras, à precariedade da documentação dos seringais e dos castanhais, de duvidosas origens, cadeias dominiais incoerentes e de localização imprecisa. Também os "documentos de posse" apresentam, na maioria das vezes, impossibilidade de reconhecimento, pelo não-atendimento de diversos preceitos legais.

Como caso extremo, apontamos o Acre, que já foi da Bolívia e do Estado do Amazonas; já constituiu Estado Independente e Território Federal e é, hoje, um Estado da Federação Brasileira. Pelo tratado de Petrópolis, de 1904, as áreas tituladas pelas diversas autoridades, até o acordo internacional, são reconhecidas como privatizadas, dando origem a grande número de propriedades rurais. Somam-se as que não contam com documentação perfeita, mas em favor das quais, pelo reconhecimento dos trabalhos pioneiros dos seringais que permitiram a incorporação daquela região ao território nacional, ou pela relevância dos investimentos efetuados, a lei veio estabelecer condições em que regularizações são possíveis. E títulos se sobrepõem a títulos, e a confusão é enorme.

Aí, a ação fundiária do Governo inicia-se pela discriminação das terras, que se constitui o instrumento adequado para o reconhecimento de domínios privados, bem como para a identificação das terras devolutas e das posses legítimas.

Com a identificação das áreas devolutas, as mais bem dotadas em termos de qualidade de solo e de maiores facilidades para conexão com as vias pioneiras de penetração estão sendo destinadas aos projetos de assentamento, baseados em algumas culturas de alto valor comercial, como a seringueira, o guaraná, a pimenta-do-reino, o cacau, o café, além dos produtos de subsistência e as criações. Nessas áreas, os investimentos públicos se concentram na demarcação dos lotes, construção das estradas vicinais e na infra-estrutura para os núcleos urbanos, compreendendo sempre lotes de dimensões familiares, para assentamentos de nítido caráter social. O custo da terra, em tais áreas, é insignificante diante dos demais itens, e a manutenção dos serviços de saúde e educação sempre tende a deixar encargos crescentes para as autoridades locais.

As áreas mais distantes das facilidades de transportes e dotadas de solos medianos estão sendo destinadas às atividades de médio porte, mediante licitação, onde os próprios adquirentes assumirão responsabilidade pela demarcação e consolidação de suas atividades, exigindo menos alocação dos escassos recursos públicos.

O procedimento até aqui visto para o Acre predomina em todas as frentes pioneiras, apresentando nuances regionais. Por exemplo, no caso de Rondônia, a facilidade proporcionada pela rodovia Cuiabá-Porto Velho e a qualidade do solo dominante determinaram um acentuado fluxo migratório, e os trabalhos de preparação dos projetos de assentamento estão sendo antecipados pela ocupação espontânea e organizada, levando à simplificação dos métodos de colonização concentrados na regularização fundiária e dotação de infra-estrutura mínima, representada pelas estradas vicinais.

Mesmo nessas regiões pioneiras, quando são localizadas áreas já tituladas a particulares, mas insuficientemente exploradas, o instrumento da desapropriação por interesse social vem sendo utilizado, facultando a implantação de projetos de assentamento.

Em algumas áreas de Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão, principalmente com as facilidades de transporte, os fluxos migratórios se intensificaram sobre áreas que já contavam com elevada incidência de litígios e dúvidas dominiais, originárias de ações de grilagem e de erros cometidos, em passado recente, por autoridades fundiárias.

Também nesses casos o processo discriminatório se revela o mais adequado para identificação das diversas situações, que vêm sendo solucionadas, caso a caso, mediante o estabelecimento de acordos, a relocação de ocupantes e, mesmo, a desapropriação por interesse social. As áreas devolutas remanescentes são destinadas a assentamentos e licitações.

Muitas dessas áreas, que se encontram atualmente na jurisdição federal, por força do Decreto-Lei nº 1.164/1971, per-

tenciam aos estados e foram por eles tituladas. Mas ainda restam as áreas de jurisdição estadual, onde a ação do Governo Federal só pode ser alcançada mediante convênio ou desapropriação por interesse social e onde a interação das administrações públicas é indispensável para a solução das pendências.

O caso extremo, nessa situação, envolve as antigas áreas da Fundação Brasil Central, na região do Araguaia, no sul do Pará, hoje sob a jurisdição do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins — Getat. Como se tratava de área devoluta estadual, diante da intenção federal de provocar a ocupação do Brasil Central na década de 40, o Estado do Pará doou a gleba à Fundação, num processo cuja legalidade revelou-se duvidosa posteriormente. O fato é que a Fundação beneficiada alienou as terras, enquanto o estado, ao considerar, unilateralmente, nula a doação que fizera, licitou e titulou as mesmas áreas. Acresce-se a existência de elevado número de posseiros na região; as populações dependentes da exploração da madeira e da cata da castanha, além da intensa migração fruto da atração natural exercida pela potencialidade da área e pelos grandes projetos governamentais como Tucuruí e Carajás, e teremos explicação para os graves conflitos e clima de tensão social que daí adveio. Hoje, após exaustivos trabalhos do Getat, a situação está sob controle, com a desapropriação de 141.326ha que compunham a área da Fundação Brasil Central.

Na região Centro-Sul, as questões fundiárias estão mais esclarecidas, restando, nos estados sulinos, após um ativo processo de colonização e desmembramento de propriedades, situações de sobreposição de interesses, que estão sendo resolvidas através da desapropriação com fins de regularização.

Uma outra ordem de problema reside nas áreas de predominância minifundiária, onde a regularização em dimensões econômicas apresenta sensíveis dificuldades, mas que poderão ser minoradas por alterações na tecnologia aplicada na exploração agropecuária.

Os problemas fundiários na faixa litorânea normalmente têm sua origem na acentuada valorização das terras, dada a proximidade dos grandes centros urbanos. São áreas de jurisdição estadual, ligadas a fortes interesses econômicos, para as quais as soluções somente poderão ser ativadas mediante ajustamento dos esforços estaduais e federais.

No Nordeste brasileiro, onde praticamente todas as terras devolutas estão sob a jurisdição dos estados, a questão fundiária apresenta-se bastante grave, porque os órgãos de terras são de criação recente (alguns estados nem mesmo ainda os possuem). O problema fundiário do Nordeste se caracteriza pelo grande número de variáveis que apresenta, não só pela diversidade de aspectos físicos (clima, recursos hídricos, solo, etc.) como pelas origens diferenciadas, tais como: dúvidas dominiais, sobreposição de pretensões, demarcações imprecisas, etc. Acresce-se a isso o fato de que cerca de 87% da força de trabalho rural não possui terra.

Recentemente, em reunião com os governadores da área, o Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários teve oportunidade de ajustar procedimentos visando ao apoio federal na região.



Para fazer face aos problemas de origem fundiária nas regiões mais críticas da Amazônia Legal, em 1980 o Governo Federal criou o Getat e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas — Gebam —, visando sobretudo a suplementar as ações do Governo Federal nas regiões das bacias dos rios Araguaia e Tocantins e do Baixo Amazonas.

De outra parte, o rápido processo de ocupação das regiões pioneiras, onde os limites das reservas indígenas e florestais ainda não estavam definidos, provocou a invasão das mesmas gerando a necessidade de dirigir um maior esforço visando à demarcação dessas áreas, bem como a necessidade de relocação de populações civilizadas.

Em regiões tradicionais, a implantação de grandes projetos de infra-estrutura, principalmente energética, vem ocasionando a necessidade de reassentamento de cada vez maiores contingentes populacionais rurais. Observa-se que, se no passado, as novas áreas disponíveis eram próximas, hoje as distâncias são gigantescas, elevando o trauma das populações atingidas, pela compulsoriedade dos deslocamentos.

Enfim, em termos de problemas fundiários, temos que admitir que as soluções viáveis e de caráter duradouro não podem ser generalizadas, exigindo o exame de cada caso, identificando suas causas e os instrumentos a utilizar, conciliando interesses conflitantes dentro das prioridades estabelecidas pela sociedade.

Seguindo a orientação ditada pela política governamental, os diversos órgãos desenvolveram intensas atividades nas respectivas áreas de responsabilidade, guiados pelo Estatuto da Terra e pela legislação complementar: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra — atua na área de 150km dos limites com os países vizinhos, na faixa de 100km de cada lado das rodovias federais na Amazônia Legal (excluída a área do Getat), além das áreas objeto de desapropriação por interesse social; o Getat atua especificamente na região do Araguaia-Tocantins: sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás; e o Gebam com atuação na margem esquerda do rio Amazonas, nos municípios de Almerim/PA e Mazagão/AP. As administrações estaduais atuam nos respectivos estados, em áreas não-sujeitas aos órgãos federais.

A ampla disponibilidade de recursos fundiários nas regiões pioneiras conduz a uma política ativa de novas ocupações por projetos de assentamento. Com o desenvolvimento das ações discriminatórias, procura-se esclarecer os domínios privados perfeitos, ao mesmo tempo em que as posses vão sendo regularizadas, bem como arrecadadas e destinadas às áreas devolutas restantes. Sempre que as ações discriminatórias são administrativas, o processo é rápido, e a titulação definitiva do posseiro fica dependente dos trabalhos de topografia e demarcação, necessariamente cuidadosos e demorados, por envolverem volumosas tarefas de campo. Pela natureza do processo de regularização das posses, o atendimento na sua quase totalidade beneficia os pequenos trabalhadores rurais, que não contavam com mínimos elementos de segurança para a área trabalhada.

Na medida do possível, as áreas devolutas localizadas são registradas em nome da União, recebendo a destinação para projetos de assentamento ou licitação para exploração de lotes médios, dependendo da qualidade do solo e facilidade de escoamento. Do reconhecimento de que nas regiões pioneiras a disponibilidade de terras não chega a se constituir a limitação básica, os projetos de assentamento e colonização procuram transformar esses vazios em lotes utilizáveis para a ativa ocupação agropecuária, mediante serviços topográficos e de demarcação, e a construção de infra-estrutura básica, principalmente de estradas vicinais e centros urbanos mínimos.

Na tentativa de atender ao crescente número de trabalhadores rurais sem terras, que, por migrações espontâneas, estão se dirigindo para as regiões pioneiras, os projetos de colonização estão sendo simplificados, entendido como tal a terra regularizada e a construção das estradas vicinais e de penetração. Quanto aos demais aspectos, como crédito, assistência técnica, os preços mínimos, a armazenagem e o beneficiamento, o Governo vem engajando os diversos setores da administração pública, federal e local, além de estimular a necessária atuação das atividades privadas.

No sentido de mobilizar recursos humanos e financeiros adicionais para o processo de ocupação das regiões pioneiras e criação das condições para o atendimento de maior número de rurícolas interessados, estão sendo estimulados os projetos privados de colonização, principalmente por intermédio de cooperativas. A terra é concedida após a aprovação do projeto a ser nela implantado, reservando-se um percentual de parcelas para assentamento de colonos indicados pelo Incra, que poderá, também, participar dos investimentos na área.

Ao mesmo tempo, procurando utilizar mais ativamente os investimentos já efetuados por empresas agropecuárias de

porte, está-se estimulando a promoção de loteamento das áreas não-utilizadas imediatamente por essas empresas, de forma a elevar a oferta de lotes de médio porte para outros interessados, já de alguma capacidade financeira.

Os projetos oficiais de assentamento dirigem-se preferencialmente para os atendimentos de caráter social, para as populações atingidas por ações governamentais, como a criação de reservas indígenas ou áreas de inundações de barragens, soluções de pendências fundiárias, entre outras. Mesmo nos projetos privados, na medida em que se faz indispensável a assistência governamental, está-se exigindo uma parcela correspondente em lotes disponíveis para a ocupação, também para atendimento da parcela de população mais carente.

No entanto, a prioridade continua sendo a mobilização de terras da União, com a abertura de novas vias de penetração.

Nas regiões de maior intensidade de conflitos de terras, constata-se que uma grande maioria deles é originária das dúvidas de dominialidade, ou desrespeito aos direitos de posse anteriores às privatizações provocadas pelas alienações. Nessas áreas, a prioridade continua sendo para os processos de discriminação de terras, esclarecimento das situações, respeito aos direitos legítimos, quando atendidas as funções sociais da terra, e conciliação dos interesses mediante acordos. Quando se revela a impossibilidade de outras soluções, são acionados os instrumentos da desapropriação por interesse social, atendendo-se para a existência de motivações estranhas aos interesses dos diretamente envolvidos.

Deve-se esclarecer que a solução de tais problemas exige demorados trabalhos para a clara definição dos direitos consagrados, exigindo ativos trabalhos de campo, inclusive para a demarcação de áreas. As limitações físicas das áreas nem sempre permitem a conciliação de todas as pretensões, exigindo acordos e mesmo deslocamentos de ocupantes, principalmente daqueles chegados mais recentemente, pois as prioridades são dadas para os verdadeiros posseiros.

Com relação ao Nordeste brasileiro, além da ocupação dos vazios relativos, como na Bahia e no Maranhão, estimulam-se os trabalhos conjuntos de autoridades federais e estaduais, visando à regularização fundiária.

Prioritariamente, tais trabalhos se concentram nas áreas atendidas pelos programas polarizados, incluindo desapropriações por interesse social e soluções pelo mecanismo do Proterra/Funterra.

De uma maneira geral, os instrumentos empregados para execução das diretrizes presidenciais passam pela taxação progressiva dos latifúndios improdutivos, alcançam a discriminação, a demarcação das áreas rurais, a implantação de Projetos Integrados de Colonização e Assentamento, atingem a regularização das posses de boa-fé, dentro da força de trabalho familiar, e buscam o constante aperfeiçoamento da legislação agrária.

Para se ter uma idéia dos resultados alcançados, nos últimos quatro anos, o Governo:

- arrecadou, matriculando em nome da União, cerca de 50 milhões de hectares (mais ou menos duas vezes a superfície do Estado de São Paulo), o que vem permitindo a regularização das posses legítimas e a implantação de projetos de colonização;
- desapropriou, por interesse social, uma média anual de 650 mil hectares (registra-se que, de novembro de 1964 a abril de 1983, o Governo desapropriou cerca de 13,2 milhões de hectares, o que equivale à soma das áreas dos territórios de Portugal, Bélgica e Líbano);
- titulou, aproximadamente, 500 mil novos proprietários.

5

Óbices à Ação Governamental



Apesar dos acertos das medidas adotadas e dos resultados positivos obtidos, a questão fundiária ainda constitui problema de difícil solução, se levados em conta os seguintes fatores adversos:

- extensão territorial e as naturais defi-

ciências do sistema de comunicações, com estradas de penetração favorecendo uma ocupação desordenada;

- deficiência de pessoal especializado, especialmente topógrafos e técnicos agrícolas;
- recursos financeiros sempre escassos em função do volume de tarefas;
- morosidade da Justiça na solução das ações em áreas rurais, impedindo que estas, por se encontrarem *sub judice*, sejam incorporadas ao processo produtivo do País;
- deficiências dos Registros Públicos (Cartórios);
- indefinição das áreas indígenas;
- tensões sociais que se desencadeiam, ao mesmo tempo, em diversos pontos do território;
- proliferação, sob as mais variadas formas ou matizes, de organizações que, a pretexto de defender legítimos anseios do homem do campo, movem-se por interesses alheios aos propósitos declarados. No equacionamento das questões fundiárias, muitas das legítimas organizações representativas do meio rural têm sido de grande valia, dada a consciência sobre a complexidade do problema, que exige uma elevada dose de trabalho paciente e persistente, não apresentando possibilidade de soluções imediatas, ainda que contando com a melhor boa vontade das autoridades.

Apesar da repercussão (muitas vezes exagerada) de fatos originários na área rural, cabe mencionar que, entre mais de 4,5 milhões de imóveis cadastrados do Incra, somente um percentual mínimo, menos de 1%, é objeto de algum tipo de conflito envolvendo a terra.

6

Redimensionamento da Política Fundiária



Como uma consequência natural das medidas que vinham sendo tomadas pelo Presidente Figueiredo no sentido de equacionar e solucionar o problema fundiário em toda a sua amplitude, como a criação do Getat, do Gebam, da Coordenadoria Especial do Acre, de seis novos Projetos Fundiários do Incra, a alteração da política fiscal em relação às terras mal-aproveitadas, o usucapião especial, etc., em 16 de agosto de 1982, o Decreto nº 87.457 instituiu o Programa Nacional de Política Fundiária, com vistas a acelerar a conquista do objetivo governamental de promover a justiça social e de aperfeiçoar o sistema de relações entre o homem do campo, a propriedade rural e o uso da terra.

Para executar esse programa, foi criado o cargo de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, que recebeu, como diretrizes de trabalho, a incumbência de desenvolver sua atuação, com particular ênfase, no sentido de:

- a) assegurar a propriedade da terra que esteja desempenhando função social compatível com sua potencialidade;
- b) facilitar ao trabalhador rural acesso à propriedade da terra;
- c) agilizar as atividades de discriminação e distribuição de pequenas propriedades, proporcionando, a estas, condições de auto-sustentação e de melhoria social;
- d) uniformizar, em âmbito nacional, os procedimentos no trato das questões de natureza fundiária;
- e) estabelecer as prioridades para as desapropriações por interesse social, tendo em conta reduzir tensões;
- f) coordenar as atividades destinadas ao estabelecimento de padrões, visando à uniformização dos trabalhos cartográficos de caráter fundiário;
- g) intensificar a implantação de projetos que visem à utilização de terras devolutas e à expansão da fronteira agrícola;
- h) coordenar a execução de medidas previstas nas políticas florestal e indigenista que interfiram em projetos de ocupação do solo;
- i) propor e supervisionar os projetos de reassentamento de colonos deslocados em decorrência de obras públicas ou do estabelecimento de reservas de qualquer espécie;
- j) estimular projetos privados de colonização, em áreas pioneiras;
- l) propor os atos necessários à atualização e ao aprimoramento da legislação fundiária.

A nomeação do Ministro Extraordi-

nário para Assuntos Fundiários, investido, cumulativamente, na função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, reflete a preocupação do Governo com esse problema, estreitamente ligado à própria Segurança Nacional.

A reunião de todos os órgãos que atuam nos setores de colonização e reforma agrária, aproveitando inicialmente a estrutura operacional já existente, tem em vista a concentração e a unidade de esforços, na implementação de uma política fundiária dinâmica, coerente com a intenção governamental e com a natureza dos obstáculos que se lhe antepõem.

O revigoramento dos conceitos explícitos no Estatuto da Terra tem sido uma preocupação constante do Meaf na execução do Programa Nacional de Política Fundiária.

Assim sendo, não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de lembrar o que estabelece aquele diploma legal em seus dois primeiros artigos, no que respeita ao entendimento de Reforma Agrária, Política Agrícola e Função Social da Terra:

“Art. 1º — Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º — Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º — Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse de economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

Art. 2º — É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º — A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”.

E é desses conceitos estabelecidos pelo Estatuto da Terra que surgem os princípios que estão a nortear a atuação do Meaf, dentre os quais destacamos o da justa e adequada distribuição da propriedade.

Por esse princípio se entende:

- dar oportunidade de acesso à propriedade da terra àqueles que, efetivamente, têm condições de torná-la produtiva;
- dedicar especial atenção às grandes propriedades para exigir delas um nível satisfatório de exploração e produtividade;
- impedir a divisibilidade do imóvel rural abaixo de certos limites;
- estimular e proteger a propriedade familiar rentável;
- destinar, ao setor privado, as terras devolutas da União.

Para atingir a meta maior de aumento da produtividade e justiça social, o Estatuto da Terra disciplina as desapropriações, por interesse social, de latifúndios improdutivos, de minifúndios antieconômicos, de terras exploradas predatoriamente e de áreas críticas com grande número de ocupantes e posseiros.

No desempenho de suas atribuições, a atuação do Meaf já se faz sentir na medida em que:

- a) o Incra torna-se mais operacional e ágil;
- b) articulações são feitas, a nível ministerial, no sentido da integração entre todos os órgãos que, de uma forma ou de outra, exercem atividades com reflexos no campo fundiário;
- c) a filosofia que orienta o Programa Nacional de Política Fundiária vai sendo difundida à Nação;
- d) o próprio Ministro Danilo Venturini se reúne com os Governadores de Estado (o que já iniciou com os do Nordeste) para ajustar procedimentos e equacionar o apoio federal na solução dos problemas fundiários regionais;
- e) o trabalhador rural terá condições para a construção, aquisição ou melhoria de sua casa própria;

f) a vasta legislação fundiária é condensada em uma coletânea a ser distribuída, em breve, a todos os órgãos e autoridades afins;

g) o homem do campo será instruído sobre seus direitos e deveres através de manual especialmente preparado;

h) as autoridades e órgãos que têm radicalizado posições antagônicas ao Governo vão tendo a oportunidade de, através do diálogo franco, entender os propósitos e métodos de ação do Governo, contribuindo, inclusive, com suas críticas e sugestões;

i) o Governo destina um maior volume de recursos às ações fundiárias através do Fin-social;

j) convênios vêm sendo estabelecidos com os mais diversos órgãos, garantindo a participação efetiva de todos os setores indispensáveis à consecução dos objetivos governamentais no campo da Política Fundiária.

Para dar uma idéia do esforço que o Governo vem desenvolvendo para solucionar os problemas mais críticos, basta dizer que, de outubro de 1982 a abril de 1983, foram desapropriados, por interesse social, cerca de 30 imóveis rurais, correspondendo a uma área de quase 1 milhão de hectares, dentre os quais me ocorre citar:

- Fundação Brasil Central/PA
- Fazenda Tupã-Ciretan/PA
- Fazenda Capivari/RJ
- Fazendas Sumaúma e Árvore Alta/PB
- Gleba Machado/RO
- Gleba Extrema/GO
- Fazenda Vitória/MA, e outras.

Só através dessas desapropriações, mais de 15 mil famílias foram beneficiadas.

7

Conclusão



O Presidente da República elegeu a agricultura como meta prioritária em seu Governo. Suas diretrizes gerais refletem essa concepção. As novas ações implementadas a confirmam e visam a acelerar a integração de áreas geográficas ao processo produtivo brasileiro, zelando para que a terra desempenhe sua função social e seja fator de equilíbrio nas relações entre os que nela trabalham e os que a possuem.

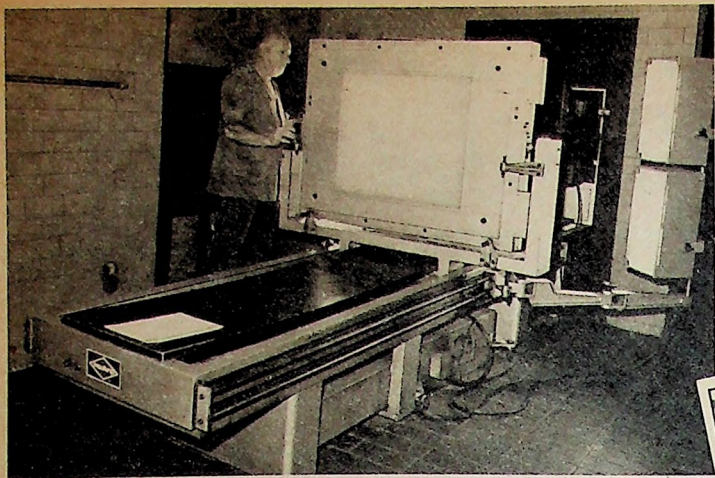
É inegável que a demanda por maior volume de terras regularizadas está ativa, não só nas regiões pioneiras, que receberam recentemente elevados contingentes populacionais, como também nas áreas tradicionais da agropecuária brasileira, onde as dúvidas sobre a legitimidade do domínio incidente sobre áreas rurais têm gerado disputas acirradas.

É notório, igualmente, o aumento das aspirações por maiores facilidades para o acesso à propriedade fundiária, principalmente por parte dos trabalhadores rurais ainda sem terra, nas áreas de elevado crescimento demográfico.

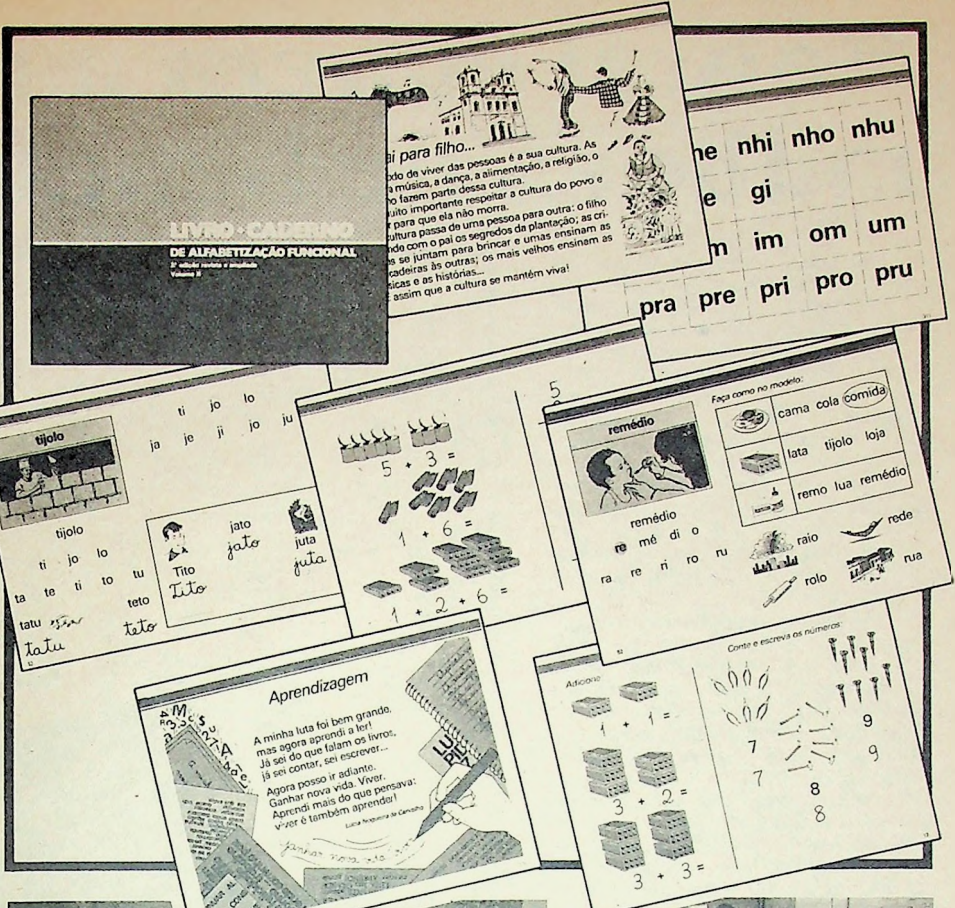
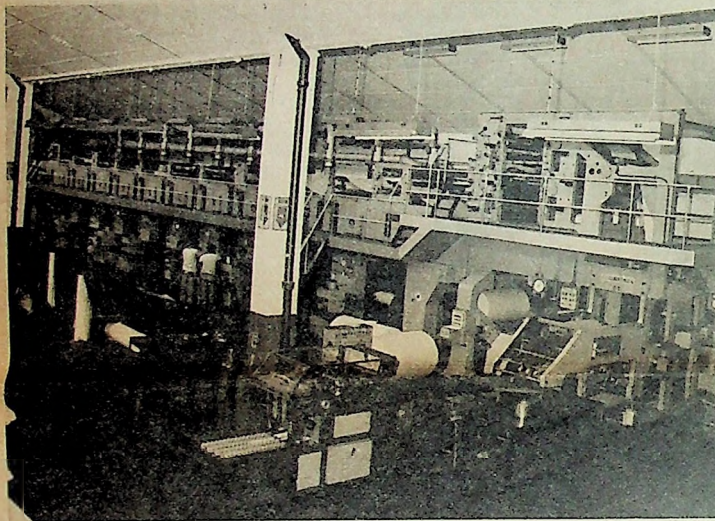
Por outro lado, o Governo está consciente de que a regularização fundiária, traduzida pura e simplesmente pela execução de demarcação topográfica e distribuição de títulos de propriedade, por si só não representa o cumprimento de seus objetivos. Por isso, torna-se necessário o envolvimento, a nível federal, estadual e municipal, de outros órgãos com interesses afins, no sentido de que seja implantada uma infra-estrutura de apoio que, em última análise, represente a base sobre a qual, resolvido o problema fundiário, a paz social e o progresso da região estejam garantidos.

O Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários ainda não tem a solução para todos os problemas fundiários do Brasil. Mas já os conhece e está perfeitamente consciente de seu vulto e da prioridade que o Presidente Figueiredo estabeleceu para o setor. Contudo, podemos garantir que ele tem dado tudo de si, utilizando-se dos meios de que dispõe para, sem precipitação, mas com responsabilidade, firmeza e determinação, chegar a bom termo na missão que lhe foi confiada.

Este texto é a íntegra da palestra O Problema Fundiário Brasileiro, publicada em SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO, Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Adesg, v.32, n.195, 1983.



O Livro-Caderno do PAF foi reformulado pelo Departamento Técnico-Educacional com o apoio do Departamento de Comunicação do Mobral. O trabalho de reformulação do formato e do conteúdo foi realizado por uma equipe de 25 técnicos dos dois Departamentos envolvidos. A nova edição consta de dois volumes, não só por um imperativo de ordem prática, mas também pela idéia motivadora, para os alunos, da conquista de um novo livro.



Novo Livro-Caderno do PAF: um trabalho para motivar alunos

O Programa de Alfabetização Funcional — PAF — está de cara nova em 1984. A partir dos primeiros convênios deste ano, suas classes utilizarão o Livro-Caderno reformulado pelo Departamento Técnico-Educacional com o apoio do Departamento de Comunicação do Mobral. A nova edição — a terceira — do Livro-Caderno originou-se de um estudo de avaliação promovido pelo Departamento Técnico-Educacional para atender aos pedidos das Coordenações sobre uma possível substituição dos materiais didáticos até então utilizados.

O Livro-Caderno agora editado foi dividido em dois volumes, correspondendo a um total de 344 páginas. Foram impressos e estão sendo distribuídos 680 mil exemplares de cada volume, o que representa 540 toneladas de papel. O trabalho de reformulação do formato e do conteúdo foi realizado por uma equipe de 25 técnicos dos dois Departamentos envolvidos. A base teórica e metodológica é ainda a do antigo Projeto PAF/TV; atualizou-se, também, o respectivo Manual do Alfabetizador.

Modificações

São sensíveis as modificações feitas nesta 3ª edição — revista e ampliada — do Livro-Caderno do PAF. Entre outras, destacam-se: a inclusão de orientações para os alunos executarem os exercícios com a ajuda do alfabetiza-

dor; a revisão dos antigos exercícios; o enriquecimento da parte de leitura e exercícios de linguagem; atividades programadas sobre essas leituras, como trabalhos de interpretação dos textos; novas ilustrações que permitem identificar mais rapidamente a palavra (o que substitui o cartaz-gerador); ampliação do número de situações-problema; eliminação de textos/exercícios com características infantis e detalhes, tudo originado de uma compatibilização lexical e semântica no nível da alfabetização pedida por várias Coordenações.

A divisão do Livro-Caderno em dois volumes não obedeceu apenas a um imperativo de ordem prática, em face do acréscimo significativo do número de páginas. Levou em conta, também, a idéia motivadora, para os alunos, da conquista de um novo livro registrando seus progressos nos estudos.

Benefícios

Os benefícios que se esperam dessa nova edição do Livro-Caderno incluem a diminuição do hiato entre o PAF e o Programa de Educação Integrada — PEI —, que é um compacto equivalente às quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau; a ampliação do leque de conhecimentos oferecidos pela maior funcionalidade e utilidade das informações; o favorecimento da reflexão em grupo sobre a sua realidade e o conhecimento de outras

realidades diferentes; o convívio dos alunos com diferentes formas de expressão como poesia, música, lendas, diálogos e outras; a abordagem de temas os mais variados como lazer, cultura, higiene, alimentação e trabalho.

Outros ganhos importantes para a clientela e para a Fundação foram, por exemplo, a liberação dos direitos autorais pagos a empresas editoras, uma vez que o copirraite agora é do próprio Mobral, pois o trabalho foi elaborado por seus técnicos — e isto significa custos significativos, com a vantagem de o material poder ser reproduzido a qualquer tempo e lugar. A validação que será feita durante 1984 permitirá, caso necessário, que se modifique o texto a cada nova tiragem periódica ou a cada ano, e *sem ônus* para a Organização.

O livro ficou mais consistente e com maior adequabilidade regional e será utilizado com base em um Manual que será enviado a todos os alfabetizadores. O Livro-Caderno chegará à maior parte das Coordenações, mas não a todas, pois foi adotado um sistema de negociações que também traduz otimização de custos. A distribuição obedeceu ao critério de completar quantidades para cobrir as metas. A relação Livro-Caderno novo *versus* estoques dos ainda existentes nas Coordenações, que podem e serão utilizados, atende a uma linha de racionalização para evitar o desperdício.

Trabalho

O estudo da reformulação começou em julho do ano passado. Em outubro, a Divisão Central de Produção, através do Setor de Editoração e Artes Gráficas, começou a programação visual. O resultado desse trabalho conjunto está sendo remetido às Coordenações em entregas parceladas, mas de forma a que cheguem às comunidades a tempo de serem utilizadas pelas classes de alfabetização deste semestre nos estados e territórios que negociaram a sua utilização.

Há pormenores, no Livro-Caderno, que vale a pena destacar. A mudança de cor, por exemplo, mais suave e que até poderá constituir um tipo novo de estímulo para os alunos e alfabetizadores que repetirão o convênio. E as mudanças tipográficas, com famílias de tipos mais leves e de leitura mais fácil, com novas composições, diagramação e montagem das artes-finais dos textos.

Mas o Projeto de Alfabetização Funcional, em 1984, não apresenta de novo apenas o seu material didático. O planejamento de metas físicas visa o atendimento de 857.021 participantes, o que significa um aumento percentual de 77,3% em relação à meta de 1983. Para isto, pretende-se mobilizar mais de 51 mil agentes. Considerando tais números, verifica-se que o novo Livro-Caderno deverá atingir mais de 80% do universo do alunado de alfabetização.

Mobral supera a marca de dois milhões de beneficiados em 83

Em 1983, a Fundação Mobral, somente com seus cursos de Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Autodidatismo, Educação para o Trabalho, Treinamento Profissional e Pré-Escolar, beneficiou 2 milhões 171 mil e 445 pessoas — adultos, adolescentes e crianças — mediante seus programas de Pré-Escolar e Educação Supletiva, que cobriram 4.020 municípios de todo o Brasil. Este dado e muitos outros abordando aspectos relevantes no âmbito educativo, social e cultural estão no Relatório de Atividades do Mobral em 1983, que a Instituição vai editar em março.

O Relatório, já aprovado pelo Conselho de Administração da Fundação, é a síntese dos relatórios dos trabalhos executados pelos seis Departamentos do Mobral — de Planejamento, de Operações, Técnico-Educacional, de Administração e Finanças, de Relações Externas e o de Comunicação. Ele retrata o comportamento da Organização para alcançar as metas fixadas em um ano repleto de dificuldades de ordem econômico-financeira que afetaram, em boa parte, o desenvolvimento das ações. Mas demonstra que apesar dos fatores adversos, muitas metas foram superadas.

Base técnica

O Mobral estabeleceu critérios de maior qualificação do recém-alfabetizado, de forma a garantir a progressão educacional, evitar a regressão e propiciar imediatos benefícios sociais e profissionais; modernizou e executou uma ponderável parcela de material didático de apoio a essa melhoria qualitativa e de expansão dos programas; desenvolveu um planejamento estratégico integrado ao qual se vincularam todas as regiões do País; levou a efeito um programa de descentralização no qual o planejamento participativo local está sendo cada vez mais o eixo entre os agentes locais da ação e os demais membros das comunidades municipais; iniciou uma convivência útil com as diferenças das aspirações e dos compromissos microrregionais, substituindo o velho caráter paternalista, centralizador e assistencial pelo estímulo à auto-ajuda democrática e da livre iniciativa coletiva.

Em razão da experiência metodológica de ação comunitária que a Organização exercia desde 1980 — afirma o Relatório — ocorreu uma reorientação no processo de planejamento, adotando-se a participação dos níveis administrativos e dos grupos de ação representativos da comunidade. Esta se manifesta por diversas formas de expressão que representam aspectos marcantes da realidade e são assim percebidos e incorporados ao trabalho. Nesta linha, é fundamental a integração e a globalização da proposta educativa, a sua negociação em todos os níveis, a permanente adequação à dinâmica espacial e temporal de cada realidade bem como a diversificação e a flexibilidade ao se adotarem alternativas de trabalho. Técnicos de todos os escalões não pouparam esforços no cumprimento das tarefas, chegando até a utilizar instrumentos particulares para manter a qualidade do trabalho no atendimento da clientela, a população mais desfavorecida das áreas rurais e das periferias urbanas.

O diagnóstico realizado permitiu que fossem formulados Planos de Ação Municipal e estabelecidas as prioridades e as estratégias, segundo um levantamento das necessidades. O mesmo foi adotado pelas Coordenações no plano estadual; isto resultou, em nível nacional, em um Plano que procurou refletir as tendências do conjunto das comunidades brasileiras.

Consistiu num inventário das variáveis no contexto da realidade socioeconômica que mais fortemente influenciavam a dinâmica educacional, e cadastrou os componentes do sistema de ensino regular que se relacionam com



O Relatório de Atividades do Mobral em 1983 é a síntese dos relatórios dos trabalhos executados pelos seis Departamentos do Mobral. Ele retrata o comportamento da Organização, demonstrando que, apesar dos fatores adversos, muitas metas foram superadas. Sua edição está prevista para o mês de março.

suplência equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau, com carga de 720 horas, em convênio com as Secretarias de Educação estaduais e municipais — atendeu a mais de 470 mil alunos, quando sua meta era de apenas 455 mil. O Projeto de Autodidatismo teve mais de 17 mil participantes.

O Projeto de Educação para o Trabalho, através de cursos de iniciação profissional, mediante convênios com várias entidades, atendeu a mais de 364 mil participantes, quando sua meta estava abaixo dos 343 mil. E o Projeto de Articulação com Entidades para treinamento profissional ao nível de semiquificação e qualificação, treinou quase 10 mil participantes. Segundo o Relatório, foi profícua a atuação do Programa de Desenvolvimento Cultural e projetos especiais como os de hortas comunitárias e caseiras, campanhas de aleitamento materno e vacinação contra a poliomielite e outras ações de saúde, trabalhos integrados com as Secretarias de Educação e Saúde dos Estados, Projeto Rondon, Ação Cívico-Social, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Legião Brasileira de Assistência, Central de Medicamentos, Fundação Nacional do Índio, Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Social do Comércio, Instituto de Educação do Amazonas, Organização Mundial de Educação Pré-Escolar e Federação de Trabalhadores na Agricultura.

Na área de capacitação de recursos humanos, além do acompanhamento sistemático aos agentes dos programas e projetos, o Mobral realizou o Curso de Especialização Universitária na Área de Educação Básica Não-Formal e os Seminários Discutindo o Nordeste e Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos. O primeiro resultou de um convênio com a Universidade Santa Ursula, do Rio de Janeiro, com apoio do Itamarati, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com 29 participantes, sendo 23 brasileiros e 6 originários de diferentes países da América Latina.

O Seminário Discutindo o Nordeste reuniu governadores e líderes comunitários que fizeram levantamento completo das necessidades do Nordeste em termos de vivência socioeconômica, cultural e educacional.

O Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos reuniu educadores e especialistas de organismos governamentais e de instituições de educação de adultos do Brasil, Equador, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Nicarágua, Costa Rica, México, Canadá e Estados Unidos, e representantes dos países africanos Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Quênia. Abrangeu 170 participantes oficialmente inscritos e uma plateia média de 300 pessoas por dia nas sessões plenárias.

Foram concluídas pela Fundação — informa o Relatório — nove pesquisas e outras tantas estão em execução. As conclusões foram a Articulação entre a Educação Escolar e a Extra-Escolar: o caso Mobral, com patrocínio do Instituto Internacional de Planificação Educacional, da Unesco; Avaliação do Programa de Desenvolvimento Cultural; Avaliação do Projeto de Oficinas Comunitárias; Avaliação do Programa Pré-Escolar; Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional-1983; A História e a Atual Situação dos Programas de Educação de Adultos no Mobral; Em busca do Diálogo: a Criança, a Família e a Pré-Escola nas Camadas Populares, financiada pela Financiadora de Estudos e Projetos — Finep; A Literatura Infantil na Educação Pré-Escolar; e um Estudo sobre a Utilização da Televisão no Desenvolvimento de Ações Educativas no Mobral.

a educação de adultos.

Segundo o Relatório, a ampliação quantitativa dos programas, a melhoria da qualidade pela extensão do tempo de ensino e da capacitação dos recursos humanos, e a atualização do material didático, foram aspectos importantes do trabalho do Mobral em 1983, extensivos a 1984. Foi introduzida experimentalmente a tecnologia do videocassete para uso em circuito fechado, visando ao registro do trabalho de ação comunitária, o que remotivou suas equipes técnicas que, durante anos, administraram programas de elevação da qualidade de vida e não dispunham de suficiente documentação e divulgação deste tipo de registro.

Base política

A Fundação entrou em contato diretamente, em pesquisas e reuniões, com o universo de prefeitos do País, e a maioria do poder legislativo local. As dificuldades de ordem geral dos estados e municípios ligados ao trabalho do Mobral foram bem compreendidas e administradas. Os Encontros de Prefeitos, vivenciados por toda a Instituição, além de terem levado a mensagem institucional aos novos dirigentes, proporcionaram oportunidade para um trabalho conjunto integrado não só no

âmbito interno mas também com entidades assemelhadas.

Diz o Relatório ter sido digno de realce o sucesso obtido junto aos novos dirigentes estaduais dos chamados partidos de oposição que mantiveram diálogos e posturas eficazes em benefício das comunidades no trabalho conjunto com o Mobral. E assinalou um dividendo político e técnico de alto significado: a Fundação recebeu em 1983 nova premiação internacional com o aval da Unesco, a Menção Honrosa da Associação Internacional para a Leitura. A premiação — a quinta do Mobral — foi motivada pelo trabalho no distrito de Barreirinho, Município de Delfim Moreira, em Minas Gerais.

Ações desenvolvidas

Alguns dados elucidam a atuação do Mobral no campo. Assim, o Programa Pré-Escolar previu atender a 368.300 crianças e ultrapassou a meta, atendendo a 403.160 crianças, utilizando 7.560 agentes. O Projeto de Alfabetização Funcional, desenvolvido no período de 8, 9 ou 10 meses, com carga horária de 400 horas, havia planejado beneficiar 570 mil participantes e beneficiou 702 mil, utilizando cerca de 38 mil agentes. O Projeto de Educação Integrada —